



Desconstrução imagética e discursiva: o que aponta os livros didáticos de história sobre os índios?

Maria Aparecida Vieira de Melo⁽¹⁾

Página | 131

⁽¹⁾Mestre em Educação Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco. Professora pela Universidade Federal Rural de Pernambuco/Programa de Formação de Professores da Educação Básica e Professora da Educação Básica na Escola Vereador Edvaldo Martins. Recife/PE. m_aparecida_v_melo@hotmail.com.

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 20 de fevereiro de 2017; Aceito em: 20 de março de 2017; publicado em 30 de 04 de 2017. Copyright© Autor, 2017.

RESUMO: O presente trabalho apresenta uma análise acerca das imagens representadas nos livros didáticos sobre os índios. Parte-se do pressuposto de que as sociodiversidades são tidas ainda numa perspectiva mítica. Daí é importante entender como estão sendo ilustrados os índios nos livros didáticos? A presente discussão está fundamentada a luz de autores, como SILVA (2009); SILVA (2015); SANTOS E CHAUI (2002); MARTINS (2009); COELHO (2016) e BRASIL (2012, 1996, 2008). Objetivou-se analisar as imagens e discursos impregnados nos livros didáticos de história sobre os índios, e mais especificamente identificar as representações sociais sobre os índios, observar e desmistificar algumas imagens e discursos ainda no paradigma da visão reducionista acerca dos povos indígenas. Metodologicamente, este trabalho foi desenvolvido por meio da tempestade de ideias (MOURA E RIBEIRO, 2015), as ideias partiram das seguintes problematizações norteadoras: Como olhamos os livros didáticos atuais no que concerne à abordagem da temática indígena? Quais avanços e permanências identificaram? O que consideramos de mais lacunar e mais significativo nos livros analisados? Após a análise de tais questões foi possível chegar a conclusão de que as sociodiversidades indígenas devem produzir o material didático sobre si mesmos, para desmistificar a visão folclórica, mitológica e estereotipada que ainda se encontra no programa nacional dos livros didáticos (PNLD) em plena contemporaneidade.

Palavras-chave: Interculturalidade; Indígena; Educação.

ABSTRACT: This paper presents an analysis of the images represented in textbooks about the Indians. This is on the assumption that sociodiversities are still taken on a mythical perspective. Hence it is important to understand how they are being depicted Indians in textbooks? This discussion is based light of authors, as SILVA (2009); SILVA (2015); SANTOS AND CHAUI (2002); MARTINS (2009); COELHO (2016) and BRAZIL (2012, 1996, 2008). It aims to analyze the images and speeches steeped in history textbooks on the Indians, and more specifically identify the social representations of the Indians, observe and demystify some images and speeches still the reductionist paradigm about indigenous peoples. Methodologically, this work was developed through brainstorming (MOURA E RIBEIRO, 2015), the ideas set out the following guiding problematizations: As we look at the current textbooks regarding the approach to indigenous issues? What advances and continuities identified? What we consider more lacunar and most significant in the analyzed books? After the analysis of these issues was possible to reach the conclusion that indigenous sociodiversities should produce educational materials about themselves, to demystify the folkloric, mythological and stereotypical view that is still in the national program of textbooks (PNLD) in full contemporaneity.

Keywords: Interculturalism; Indigenous; Education.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte do pressuposto da análise das imagens que estão contidas nos livros didáticos de modo a buscar nos discursos e nas respectivas imagens as questões historiográficas como são evidenciadas. Desse modo, é interessante uma compreensão sobre: Como olhamos os livros didáticos atuais no que concerne à abordagem da temática indígena? Quais avanços e permanências identificaram? O que consideramos de mais lacunar e mais significativo nos livros analisados? Não há interesse em responder todas estas questões, mas provocar no leitor uma curiosidade epistemológica que corrobore à ampliação do horizonte de sentido sobre as formas equivocadas ou não das imagens e discursos dos índios no livros didáticos do programa nacional do livro didático (PNLD).

Página | 132

Desmistificar os processos socioeducacionais históricos que desde primórdios os índios foram visibilizados equivocadamente é uma tarefa um tanto quanto difícil, pois é preciso reinventar ou transformar a forma do olhar para possibilitar tal perspectiva. Sim, tudo está sob a ótica da visão acerca daquilo que se ver, ou que se é visto, percebido.

Nesta perspectiva, é curiosa a necessidade de compreensão sobre os povos indígenas a partir de este novo olhar. Pois, nem sempre os livros didáticos permeiam em seus discursos e imagens a representação social (MOSCOVICI, 1991) adequada para se reportar aos índios. Inclusive após a Lei 10.639/03 e a 11.645/08 percebemos que ainda permanece arraigado no imaginário à visão eurocêntrica, sociocêntrica e etnocêntrica de uma pequena parcela da sociedade que detém o poder, assim como fazem questão de impregnar nos livros tal concepção para negar e ocultar a importância da presença dos povos indígenas ao longo da história do Brasil.

A presente discussão está fundamentada a luz de autores, como SILVA (2009); SILVA (2015); SANTOS E CHAUI (2002); MATINS (2009); COELHO (2016) e BRASIL (2012, 1996, 2008). Todos dialogam sobre as especificidades educacionais dos povos indígenas, tanto numa perspectiva histórica quanto sociológica.

O respectivo trabalho tem por finalidade analisar as imagens e discursos impregnados nos livros didáticos de história sobre os índios, e mais especificamente identificar as representações sociais sobre os índios, observar e desmistificar algumas imagens e discursos ainda no paradigma da visão reducionista acerca dos povos indígenas.

Metodologicamente, este trabalho foi desenvolvido por meio da tempestade de ideias (MOURA E RIBEIRO, 2015), as ideias partiram das seguintes problematizações

norteadoras: Como olhamos os livros didáticos atuais no que concerne à abordagem da temática indígena? Quais avanços e permanências identificaram? O que consideramos de mais lacunar e mais significativo nos livros analisados? Estas inquietações subsidiam a reflexão teórica e metodológica deste trabalho em pauta.

Destarte, se faz necessário desmistificar ideias e percepções acerca da representação social que não ressignifica a presença dos indígenas na história, pelo contrário sempre os colocam a margem. Ou seja, ainda os povos indígenas são tidos de forma estereotipada, folclórica e mítica, desta forma se nega os saberes tradicionais, as culturas e identidades das sociodiversidades indígenas, tal como se consta em algumas imagens analisadas.

Objetivou-se analisar as imagens e discursos impregnados nos livros didáticos de história sobre os índios, e mais especificamente identificar as representações sociais sobre os índios, observar e desmistificar algumas imagens e discursos ainda no paradigma da visão reducionista acerca dos povos indígenas.

DESENVOLVIMENTO

Como olhamos os livros didáticos atuais no que concerne à abordagem da temática indígena? Quais avanços e permanências identificaram? O que consideramos de mais lacunar e mais significativo nos livros analisados?

Vale salientar que as imagens que serão apresentadas estão nos respectivos livros didáticos de História Pernambuco (3º e 4ª série, 2007) e (4º e 5º ano de 2010), livros de autoria de Francisco M.P. Teixeira ambos são os mesmo livros, mas com algumas alterações ao menos no ano, vejamos o motivo.

O autor Teixeira é:

Historiador e professor Francisco M. P. Teixeira é autor do manual didático História do Brasil Contemporâneo (Editora Ática, 1992), que retrata o país de 1930 para cá — período complexo, ainda pouco explorado —, do manual não-didático mas excelente para consulta e leitura dinâmica, História Concisa do Brasil (Editora Global, 1997), que traz em 300 páginas o conteúdo do título, escrito de maneira "light", de Frei Caneca e a Revolução Pernambucana (Editora Ática, 1989), que mistura realidade e ficção na saga do homem do clero que pegou no fuzil e foi enforcado no sertão do Ceará, do best-seller A Revolução Industrial (Editora Ática, 1988), que já vendeu 100 mil exemplares, demais meia dúzia de paradidáticos, entre outros títulos.

Ainda mais sobre o autor:

Nos anos 90, Francisco Teixeira atuou como coordenador editorial de três coleções para a editora Ática, cada uma com 15 a 20 títulos publicados. Pela ordem, são História em Movimento (cujo primeiro livro é O Racismo na História do Brasil — tema ainda não tão frequente no ensino de história), Guerras e Revoluções Brasileiras e História do Século 20, que traz sinopses históricas e temáticas divididas entre Brasil e mundo (disponível em <http://www.educacional.net/entrevistas/entrevista0011.asp> Acesso 01 mar de 2016).

Desse modo, o autor é bastante renomado e tende a promover uma visão ampliada acerca dos sujeitos protagonistas da história do Brasil. É precisamente esta a intenção deste trabalho compreender como que os discursos e as imagens dos índios vêm sendo usadas nos livros didáticos, quando a proposta é abordar a diversidade, o multiculturalismo e as biosociodiversidades dos povos indígenas.

O processo de folclorização na escola dar-se quando se inicia com esta visão de que índio tem um dia ou o dia do índio. Desse modo, quando se trabalha os povos indígenas a partir desta visão e postura folclorizada permeia o imaginário social de que o índio é aquele que vive na mata, usa cabelo de cuia, vive seminu e usa cocar. Tal como se representa:



Figura 1. O dia do índio.
Fonte: Teixeira, (2007).

A escola anualmente é assim que trata a história dos índios. Daí compreende-se que a escola é um espaço muito importante no processo de aprendizagem de crianças, e o livro didático assume um papel de destaque, pois é através dele que a criança mergulha nas imagens e informações nelas contidas, reconhecendo sua própria cultura e também a de outros povos. Percebe-se, então que esta imagem não contempla as discussões de numa visão contemporânea acerca do índio. O que acarreta, é que as imagens nos livros didáticos vêm de forma genérica, preconceituosas e sem sugestões de atividades pedagógicas e que não acompanham a produção historiográfica mais recente, como acontece com povos indígenas.

Os manuais didáticos usados nas escolas, geralmente vêm com uma visão equivocada e distorcida sobre a imagem do índio como esta que subsidia esta discussão, ajudando a formar esse olhar preconceituoso nas crianças em suas primeiras séries. A figura 01 faz jus a esta perpetuação, pois o livro é de 2007 e o autor parece não acompanhar os movimentos sociais, inclusive os negros e os indígenas em busca de sua alta afirmação. Vejamos a imagem a seguir, o que ela nos diz?



Figura 2. Modo de vida dos índios.
Fonte: Teixeira (2007).

Os discursos e as imagens ainda continuam no imaginário do bom selvagem, dos índios como inocentes e obedientes, de forma simples e estereotipada, embora destaque as diferenças entre as várias etnias, mas prima pela semelhança nas atividades desenvolvidas cotidianamente. Ou seja, a visão eurocêntrica tende a prevalecer, aquela que embora perceba a existência de outros sujeitos, estes são diferentes, são menos e por isso são expropriados e expatriado de seus direitos.

Desse modo, compreende-se que Teixeira ainda não faz jus ao que sinaliza o marco legal da educação acerca do direito ao acesso e a permanência dos educandos a este processo, então, como as crianças estão em outras atividades, logo a educação parece não ter o menor valor, sendo esta uma prática informal. Ao considerar a data do livro é curioso, pois ainda assim no 4º e 5º ano não se tem respeitado as especificidades dos povos indígenas, como sujeitos de direitos. Portanto, o que acontece é que nos livros didáticos é pouco usada a temática indígena, geralmente vem nos livros de história assuntos de descobrimento do Brasil e datas comemorativas. E, mesmo assim trás essa temática num ambiente de muitas desinformações, haja vista que os educadores não obtiveram formação iniciada, o que significa que os povos indígenas são poucos conhecidos e estudados na educação. Situação que pode ser presenciada no próprio livro em análise.



Figura 3: Rotina dos índios.
Fonte: Teixeira (2010).

A respectiva imagem e o seu discurso aborda a rotina dos índios de uma forma tão ingênua quanto à consideração que tiveram pelos índios neste tempo todo, pois parece que a vida dos povos indígenas era num paraíso, quando na verdade sempre ocorreu conflitos, muitos índios foram exterminados, mas não há uma problematização com reflexão crítica acerca da vida ocultada e anulada que a visão eurocêntrica posta nos livros didáticos mostra, é uma perversidade tão grande cauteriza a consciência das crianças, e nesse jogo, a sociedade em si, acaba se tornando o bom selvagem, o ingênuo, o obediente às normas, ao sistema.

Tratar do trabalho dos povos indígenas não é somente tocar nas tarefas de cultivo de mandioca, de caça pesca, mas sim do quanto que os índios foram obrigados a fugirem de seus territórios para poder sobreviver, o trabalho entre homens e mulheres nunca foi pauta de discussão acerca da desigualdade de gênero, pois as mulheres trabalham mais do que os homens e em se tratando da religião, os índios foram catequisados e instruídos pelos Jesuítas, então a relação vital-mãe-natureza, ou seja, uma relação cosmogônica acerca da espiritualidade dos povos indígenas que foi tentada contra a partir da quetisação.

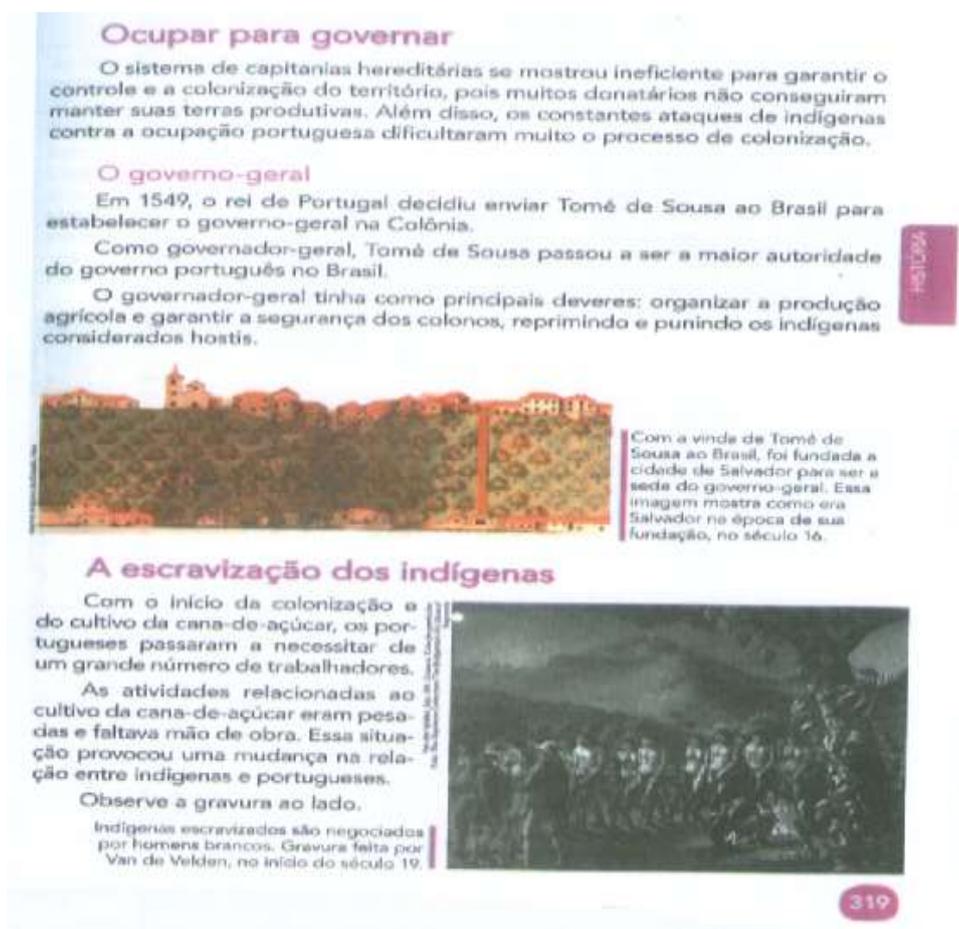


Figura 4. O processo da violação dos direitos indígenas.

Fonte: Teixeira (2010).

No que concerne o entendimento acerca dos povos indígenas, ocorreu por uma perversidade sem igual, aquela que corrobora para o “desaparecimento” de uma classe, etnia, povo, grupo e quantas categorias se queiram enquadrar aos povos indígenas, fica nítido que eles estiveram sempre na invisibilidade antropológica, etnográfica, sociológicas, filosóficas e históricas, porque toda a real situação não está evidente nos livros didáticos, há sim fragmentos da história da violação dos povos indígenas, mas esta não é problematizada, questionada, ao contrário é muito bem aceita, haja vista que os índios sempre foram os verdadeiros donos das riquezas brasileiras, mas veio o estrangeiro e se apropriou, expulsou os índios, matou-os, dizimou milhões, daí a visão etnocêntrica diz que os índios desapareceram, mas quem deu este desaparecimento? Quem violou e negociou os direitos indígenas? Como os índios resistiram ao processo violento, sangrento desumano pelo que passaram?

A resistência dos indígenas

Desde a chegada dos portugueses ao território onde hoje é o Brasil, os indígenas lutaram de diversas maneiras, tentando resistir à dominação.

Muitos indígenas fugiram para o interior do território, evitando o contato e a catequização. Outros faziam ataques diretos a engenhos e povoados. Diversos povos indígenas aliaram-se para combater os colonizadores.

Indígenas do povo xavante atacando colonizadores europeus. Gravura produzida no século 20.

NOVAS IDEIAS, NOVAS ATITUDES!

Portugueses e espanhóis dividiram o território entre si para explorá-lo sem respeitar os povos indígenas que aqui viviam. Esses povos, no entanto, tinham sua própria cultura, ou seja, sua língua, sua religião e seu modo de vida.

- Atualmente, como vivem os povos indígenas brasileiros?

ATIVIDADES

Responda às questões a seguir.

Quais eram os principais objetivos de Tomé de Sousa com o estabelecimento do verno-geral na Colônia?

<input type="checkbox"/> Organizar a produção agrícola.	<input checked="" type="checkbox"/> Reprimir e punir indígenas considerados hostis.
<input type="checkbox"/> Garantir a segurança dos colonos.	<input type="checkbox"/> Estabelecer uma aliança com os franceses.
<input type="checkbox"/> Libertar os indígenas escravizados.	

Quais foram as principais formas de resistência dos indígenas em relação ao domínio português?

<input type="checkbox"/> Fugas para o interior.	<input checked="" type="checkbox"/> Ataques a engenhos e povoados.
<input type="checkbox"/> Alianças entre diversos povos indígenas.	<input type="checkbox"/> Prestação de serviços aos portugueses.

321

Figura 5. A resistência dos povos indígenas.
Fonte: Teixeira (2010).

A forma como se processou as estratégias de resistência se deram de duas formas, primeiro a fuga, sempre em retirada e segundo a união com os brancos, outras estratégias contra o processo de expropriação e expatiação se deram lutando, com enfrentamento político, onde os índios armavam emboscadas para os brancos. Os índios não possuíam armas brancas ou de fogo, mas por influencia dos brancos foram obrigados para se protegerem, lutaram, resistiram, muitos morreram e outros tantos sobreviveram e estão dando continuidade ao processo de enfrentamento político organizados em seus movimentos, lutando ainda pelas mesmas causas, pelo seu território, ou seja, pela demarcação de suas terras que foram tomadas violentamente.

Pois, os índios com suas características, físicas, sociais, econômicas, culturais e políticas tiveram e ainda tem duas alternativas: primeira lutar, contestar, reivindicar os direitos fundamentais, indivisíveis, inalienáveis e universais, e a segunda, simplesmente se contentar com a violação de seus direitos básicos, como a propriedade, a dignidade humana, ir e vir, segurança, alimentação e tantos outros direitos legalmente constitucionais, sendo objeto dos brancos para que estes ascendam socialmente em detrimento da invisibilização dos diversos povos indígenas, o que evidentemente provocava a negação de sua identidade, enquanto ser índio.

Somente de algumas décadas para cá foi possível reverberar o processo histórico pela lógica contrária, ou seja, deixaram de falar sobre os poucos índios que ainda existem em suas diversas etnias para que eles mesmos pudessem fazer jus a rememoração historiográfica de seus processos culturais e identitários, evidenciando assim a presença massiva no desenvolvimento do Brasil.

Compreende-se que a visão genérica acerca da cultura e da identidade dos povos indígenas permanece as mesmas, claro é o mesmo autor com uma visão cauterizada acerca dos povos indígenas. É curioso epistemologicamente entender como que a anulação do desenvolvimento cultural dos povos indígenas está negada nos livros didáticos. Evidentemente muito ainda têm que ser desconstruído nesta perspectiva de ressignificar os embates e tensões políticas, econômicas, culturais e sociais entre os povos indígenas e os brancos.

Pois os discursos são romantizados e polarizados, como se de fato as crianças indígenas assim vivessem, nesta paz. Quando muitas foram capturadas pelos brancos e escravizadas, torturadas, maltratadas e dizimadas até. Percebam que não há ênfase nos processos singulares que permearam a sobrevivência dos povos indígenas.

Brincando e ajudando os adultos, elas aprendem tudo o que é importante para o seu povo, como fazer arco e flecha, caçar, plantar e pintar o corpo.



Meninos yanomamis aprendendo a pintar o corpo, na aldeia Demini, em 2012. As pinturas corporais são como "trajes de gala" usados pelos Yanomami nas cerimônias.



Os pequenos yanomamis adoram seus bichinhos de estimação, que são animais silvestres, como os macaquinhos e os tucanos.

Silvestres da floresta.

Menino yanomami da aldeia Ixima, no estado do Amazonas, com seu macaquinho de estimação, em 2012.

Converse com os colegas e o professor:

- Você conhece alguma criança indígena? Se não conhece, gostaria de conhecer?
- O que você perguntaria a uma criança indígena? O que gostaria de saber sobre a vida dela?
- O que você gostaria de contar sobre a sua vida para ela?

Figura 6. A cultura dos povos Yanomami
Fonte: Teixeira, 2010.

O autor apresenta a vida dos povos indígenas sem fazer menção as diferenças, as diversas etnias, é estranho porque induz a pensar que todas as comunidades indígenas agissem da mesma forma, tivessem os mesmos costumes e modos de vida. Não apresenta as inúmeras diferenças e singularidades inerentes aos povos indígenas, muda apenas a qualidade das imagens, não apresenta as comunidades indígenas contemporâneas, aquelas que evoluíram, se modernizaram, possuem escolas, andam vestidas, possuem bens materiais e sociais.

Desse modo, conforme as imagens supracitadas e os discursos também, infere-se que a recorrência e a redundância dos assuntos relacionados aos índios nos livros didáticos, não permeia a formação de leitores críticos (independentemente de ser positivo

ou negativa), para assim formar um cidadão consciente da realidade como está no PNLD, 2010.

Neste sentido, deve-se tratar a temática indígena nas salas de aula de forma contextualizada e livre dos estereótipos que estão impostos nos livros didáticos analisados e outros evidentemente. Pois os discursos que são utilizados nos livros didáticos não representam os povos indígenas da contemporaneidade, não há uma proposta pedagógica que permeie uma discussão de forma crítica em sala de aula, o que é acarretado também pela falta de formação inicial e continuada dos professores que possibilite um tratamento desvencilhado dos livros didáticos eurocentrico, sociocentrico e etnocêntrico, os quais colocam os índios com parte ínfima da história do Brasil quando eles foram os protagonistas que contribuíram com o desenvolvimento mesmo por meio da escravidão, mas os bens materiais e sociais ao longo dessa história foram produzidos pelos índios e pelos negros, embora os autores não deem este lugar no pódio da história, porque os brancos são os dominadores.

CONCLUSÃO

O presente trabalho possibilitou-nos entender que a teoria que está em evidencia para desmistificar a falta de representatividade social nos livros didáticos sobre os índios ainda se faz muito necessário uma prática concernente, haja vista que os livros ainda trazem a visão ingênua, romantizada como nos contos de fadas sobre os índios, o que corrobora para um discurso e uma pratica estritamente reprodutivista em sala de aula, inclusive por aqueles docentes que não obtiveram formação inicial e, sobretudo continuada.

Contudo, a forma como os povos indígenas estão sendo ainda representados em pleno século XXI nos livros didáticos e nos discursos daqueles que se dizem ser indigenistas ou defensores dos direitos dos índios como o Serviço de Proteção aos índios e a FUNAI, que quase nada muda para melhor a vida dos povos indígenas, embora no interior destas instituições é possível perceber interesses individuais. Abordar esta emergência analítica acerca das imagens e discursos sobre os povos indígenas impostas nos livros didáticos na contemporaneidade é retomar o passado da formação básica de que os índios são aqueles de uma inocência, pureza, ingenuidade por serem preguiçosos e cachaceiros. Situações costumeiras nos livros didáticos de História (1º ao 9º ano e no ensino médio na modalidade normal médio) que sempre fora mostrada assim.

Neste sentido, a disciplina Ensino de História; Pedagogias e alteridade na diversidade sob a gestão da professora Marta Lima nos possibilitou aguçar o senso crítico sobre os desdobramentos de imagens e discursos que estão permeados por uma história única e que agora é preciso uma tomada de consciência política e alteria para que os índios possam ser os senhores legítimos dessa história com sua própria produção didática, ressignificando e fomentando uma educação que seja do seu jeito e que lhe sirva socialmente e culturalmente.

Desse modo, quanto a nós discentes cabe-nos a prática da educação intercultural, juntamente com cursos de aperfeiçoamento para poder viabilizar a inserção dialógica de formas diferenciadas de se ver o índio, confrontando com o que o livro didático apresenta, ambos os sujeitos que negativamente estão imersos em algumas páginas dos livros didáticos de forma muito subjetiva, fora de sua real importância histórica. Reitero a necessidade de desmistificar a visão preconceituosa, descaracterização visual e pejorativamente que os índios foram sempre tratados nos livros didáticos e também por alguns indigenistas não índios.

A legislação voltada para os povos indígenas desde a Constituição Federal de 1988, a LDB 9394/96, os parâmetros curriculares nacionais, em especial o de tema transversal pluralidade cultural de 1997, as diretrizes curriculares nacionais de 2002 e a Lei 11. 645/2008. Diante da legislação é importante perceber o quanto que os índios estão amparados legalmente. Em se tratando da CF/88 em seu Art. 231 diz que:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Deveria ser assim, mas a realidade midiática não é bem essa, pois constantemente a mídia apresenta os conflitos que existem entre os índios e os não índios por causa da terra, ou melhor, a falta dela. São muitas as dialeticidades que existem inclusive entre os próprios povos, como as costumes, as línguas, as crenças e tradicionais, tais como os direitos originários, estas questões são centrais e evidentes em plena contemporaneidade em sua não vivência ou usufruto dos sujeitos. Desse modo, Silva (2015, p. 10) argumenta o seguinte acerca da lei um tanto quanto recente, afirma assim o seguinte:

A implementação da Lei 11.645/08 possibilitará, estudar, conhecer, compreender a temática indígena. Superar desinformações, equívocos e a ignorância que resultam em estereótipos e preconceitos sobre esses povos. Reconhecendo, respeitando e apoiando suas reivindicações, conquistas e garantias de seus direitos e em suas diversas expressões socioculturais.

Todavia é nesta intenção epistemológica que se propõe os estudos culturais e sociais acerca dos povos indígenas, numa perspectiva inclusiva, no sentido de tratar sobre os povos indígenas não como objeto da visão dos brancos ditos indigenistas, mas sim os próprios povos indígenas sendo eles os protagonistas da sua história oral, de seus costumes, crenças, valores, misticismos, segredos dos encantados de luz.

Entretanto, eu pergunto que reais mudanças de fato esta lei tem promovido no interior das salas de aulas? Como os professores em formação de nível de graduação estão vivenciando esta temática? Como os alunos estão abertos para o diálogo na perspectiva descolonizadora? Como tem sido vivenciado o marco legal acerca dos povos indígenas para a promoção da educação escolar indígena? O currículo pedagógico mudou as perspectivas pedagógicas? O currículo disciplinar de história tem dado conta do que motiva a lei? São muitas as questões que me inquietam e acredito que tudo o que foi feito até aqui e da forma como foi feito, percebo que há muito a se fazer, tendo em vista que da forma como vinha sendo feito até agora não tirou muitos professores, inclusive das escolas da rede municipal de ensino (1º ao 5º ano, fase de maior apoio com o livro didático) da ignorância desta modalidade educacional que deve permear todo o ensino regular da educação básica.

Os processos pedagógicos ocultos nos livros de história de modo geral, jamais colocou o índio como sujeito importante para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural da terra que os outros chamaram de Brasil. Diante desta evidencia nos faz rememorar o Filme Escolarizando o mundo, o qual apresenta o processo de sincretismo e relativismo cultural, bem como o significado epistemológico da palavra cultura, corroborando com a circularidade que os povos indígenas necessitaram e ainda necessitam para poder resistir aos processos de extermínio de sua etnia, e deste modo se perfazendo as sociodiversidades, as invenções das tradições, por isso que os poucos povos indígenas que ainda existem devem lutar por sua autoafirmação enquanto sujeito de direito, lutar pelo seu território que foi expropriado, lutar por sua cultura, lutar, resistir e combater o processo de segregação, alienação e subalternização que sempre fora vítimas.

Os textos que subsidiaram o conhecimento prévio de toda esta discussão na visão de Coelho, (2009); Martins (2008) e dos demais que permearam nossas discussões em

sala de aula, inclusive com o momento prático que obtivemos em sala de aula já nos possibilitando uma nova tomada de atitude nas práticas em suas ações cotidianas nos espaços das salas de aula.

Favoreceu-nos para também sermos protagonistas da história como futuro indigenista, e a referência teórica nesta área de conhecimento que ainda é pouca os pesquisadores, os teóricos e estudiosos dessa temática voltada para a inserção da lei 11.645/2008 nas práticas pedagógicas dos professores, inclusive de educação básica.

A desconstrução da visão imagética e discursiva, histórica, antropológica, etnográfica, sociológica e etnográfica acerca dos povos indígenas tende a promover uma reflexão crítica acerca de todos os processos de exploração, violação, segregação e exclusão que os índios foram e são vítimas, inclusive de seu território.

As músicas, os filmes e os documentários, os museus podem corroborar com a nossa formação verdadeiramente política acerca dos processos de subserviência, de subalternidade, de exploração e exclusão social que os índios sofreram ao longo processo chamado de “descobrimento do Brasil”, permeando uma prática inclusiva da educação escolar indígena.

O texto de João Mundu, juntamente com o documentário “encontro e desencontro” nos mostra por meio da intersecção que há: o processo de invisibilidade social que os índios foram acometidos. O João Mundu, é caracterizado por vários elementos que representa sua identidade fluída (SILVA, 2000), seus deslocamentos, seu processo de sincretismo cultural e o documentário trás a fala de várias pessoas sobre todo o processo histórico que os índios passaram, mas Darcy Ribeiro o caracteriza como ‘ninguendade;’ ‘fusão;’ ‘sementeira;’ e tantas outras que caracterizam o título do documentário encontro e desencontro, material didático que já diferencia o que os livros didáticos apresentam, assim serve-nos para um novo fazer pedagógico.

Diante de tudo o que foi vivenciado até aqui nesta pós, tem sido possível ressignificar a construção histórica dos povos indígenas a partir de um novo olhar. Portanto, as disciplinas que tem permeado a ressignificação dos saberes acerca dos povos indígenas na perspectiva de um novo olhar, como: educação em direitos humanos. Memória, cultura identidade e patrimônio indígena; introdução à antropologia, antropologia indígena, construção do conhecimento científico, historia dos povos indígenas no Brasil I e História dos povos indígenas no Brasil II e Ensino de História; Pedagogias e alteridade na diversidade. Principalmente, tiveram uma grande contribuição nesta desconstrução e desmistificação dos discursos e das imagens que estão contidos nos livros didáticos e em prol dessa nova perspectiva de visibilizar a

essência dos povos indígenas foi possível desconstruir o que se põe como certo acerca dos povos indígenas, como o texto de Coelho, João Mundu, que com uma linguagem bastante figurada retrata a vida do João por meio de um traço histórico, geográfico, social, cultural e, sobretudo na perspectiva do olhar singular diante da pluridiversidade existente do João.

Saliento a importância deste estudo em especial no objetivo desta disciplina que conforme mediação didática da professora Marta pôde de fato promover outra visão acerca dos discursos e imagens que sempre permearam o entendimento sobre os índios.

Neste sentido, compreender a cultura a partir dos processos históricos é de sobremaneira importante para ressignificarmos à essência que os índios sempre tiveram e hoje mais ainda, pois nesta lógica de ressignificação e desconstrução, os índios têm se mobilizado e construído seus próprios materiais didáticos para poder promover um conhecimento verdadeiro e genuíno acerca dos povos indígenas. Sem mais aquela visão de excluídos, subalternos e subservientes dos processos históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais, mas sim como protagonistas destes processos, estando à frente das mobilizações sociais, combatendo todo e qualquer processo de segregação e exclusão social.

Por conseguinte, a respectiva disciplina foi muito bem planejada e sistematizada no que permeia os processos educativos numa visão desmistificada do que os livros comumente apresentam de uma forma que não faz jus a lei 11.645/03 esta que prima por conteúdos específicos sobre os povos indígenas.

Pretende-se agora após toda análise dos livros didáticos em evidencia sistematizar as questões norteadoras deste processo metodológico de apreensão do conhecimento sobre o que vem sendo discorrido no desenvolvimento e nesta conclusão.

Dessa forma Como olhamos os livros didáticos atuais no que concerne à abordagem da temática indígena?

Atrasados. Sim os livros didáticos ao abordar a temática indígena deixam muito a desejar por não evidenciar a história considerando os índios enquanto sujeitos de direito, mas os colocando numa visão romantizada, ingênua e de bom selvagem, pois nega todo o processo de luta que se teve ao longo da história para que os índios se mantivessem enquanto sujeitos de direito. Em sendo assim, reafirma-se que os livros didáticos não representam socialmente os povos indígenas, os autores ainda possuem uma visão etnocêntrica e sociocêntrica que perspectiva a negação e anulação do outro em detrimento de sua mania de grandeza.

Quais avanços e permanências identificaram? Não é possível identificar avanços no que concerne a formação crítica sobre a história dos povos indígenas, assim sendo, percebe-se que os índios estão visibilizados nos livros, isso é um avanço, mas como isto tem acontecido é a permanência, pois coloca os índios do passado como se eles não tivessem por necessidade e obrigação mudado, progredido e saído de seus territórios e ocupados outros espaços sociais, não se mostra o índio enquanto doutor, advogado, engenheiro e professor, o índio dos livros didáticos é sempre os mesmos e quando a imagem não é em preto e branco para reforçar esta visão estereotipada e folclorizada que se tem ainda sobre o índio.

O que consideramos de mais lacunar e mais significativo nos livros analisados? O mais lacunar é falta de consciência política e crítica dos autores ao abordarem sobre a presença dos índios ao longo da história do Brasil. Pois não dão ênfase a interculturalidade, ao multiculturalismo, aos direitos humanos tudo é feito com muita subjetividade, algo que parece ser de caráter obrigatório, não há o mais significativo, está em construção, pois os movimentos indígenas estão em mobilização para se presentificarem em seu material didático.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília, 1988.
2. BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica*. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2012.
3. BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.
4. BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 março de 2008*. D. O. U. de 11.3.2008.
5. COELHO, Mauro Cezar. As populações indígenas no livro didático ou a construção de um agente histórico ausente. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT13-3000-Int.pdf> Acesso em 08 de mar de 2016.
6. MARTINS, Maria Cristina Bohn. As sociedades indígenas, a história e a escola. *Antíteses*, Londrina, PR, vol. 2, n. 3, jan.-jun., pp. 153-167. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>
7. SANTOS, Boaventura de Sousa. CHAUI, Marilena. *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2002.

8. SARMENTO, George. *A Educação em Direitos Humanos e a Promoção da Cidadania Brasileira*. UFAL. 2012.
9. SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. *Discursos e imagens sobre os índios: superar desinformações, equívocos e preconceitos*. Pós-graduação em História e Cultura dos Povos Indígenas. RENAFOR/UFRPE. 2015. Pp:1-15.
10. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (org.), Stuart Hall e Kathryn Woodward*. Editora Vozes. Petrópolis/RJ, 2000.
11. TEIXEIRA, Francisco M.S. *História: Pernambuco*. 3ª e 4ª série. São Paulo: Ática. 2007.
12. _____. *História: Pernambuco*. 4º e 5º ano. São Paulo: Ática. 2010.